

ESBULHOS DE TERRAS E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM ESCADA/PE NO SÉCULO XIX

Edson Silva*

Invisibilidade dos Índios

A história dos povos indígenas no Brasil, as relações entre os grupos indígenas e os não-índios, ainda são muito desconhecidas¹. No geral, os estudos de História do Brasil, mesmo aqueles que representam novas abordagens, minimizaram a presença indígena na História do País, relegando-a aos momentos iniciais da Colonização. Esta realidade está também no livro didático, salvo raríssimas exceções. Uma visão etnocêntrica com múltiplas facetas, condenou e condena os povos nativos à invisibilidade na história, sucumbidos diante da marcha da "civilização". Todavia, nos últimos anos surgiram trabalhos, resultados de pesquisas em sua maior parte na área da Antropologia, estudos localizados a respeito de povos indígenas nas Regiões da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro. Esses estudos demonstram que diminuí as fronteiras entre Antropologia e História, com a etno-história. Mas, por outro lado em poucas iniciativas estudou-se os povos indígenas com maior tempo de contato com as frentes colonizadoras, como no caso do Nordeste.

No século XIX acontece um grande assalto às terras indígenas, principalmente a partir de meados do período, quando nas áreas de povoamento mais antigo ocorre o aumento da concentração fundiária e, ao mesmo tempo, a população - formada por libertos, índios, negros e brancos pobres -, torna-se assalariada, passando a viver na periferia da grande propriedade (Cunha, 1992, 15). Em Pernambuco, a

fertilidade da Região da Mata Sul com um solo propício ao cultivo da cana e as proximidades com o Porto do Recife, estimularam a concentração de engenhos para a fabricação do açúcar. A lógica da economia agro-exportadora motivou ao longo do século XIX as invasões pelos senhores de engenho das duas aldeias indígenas (Barreiros e Escada) existentes na Região, e a expulsão dos nativos de seus territórios tradicionais.

Este texto objetiva evidenciar o protagonismo indígena em Pernambuco no século XIX, no momento em que o crescimento da produção açucareira e a modernização da indústria do ramo ocorreram com grandes custos sociais, com esbulhos de terras dos indígenas, que tiveram dentre os seus direitos negados, até o de estarem presentes como ativos participantes em análises da história do período.

Escada: a Aldeia mais rica da Província

A presença portuguesa, onde seria mais tarde constituída a Aldeia da Escada, remonta a fins do século XVI, quando religiosos franciscanos fundaram, entre os índios Caeté, uma Missão que se estendia do extremo sul da Província de Pernambuco até Porto das Pedras, em Alagoas. Posteriormente, a Missão foi assumida pelos Jesuítas, tendo-a abandonado em 1635; foram substituídos pelos padres Oratorianos em 1670, quando foi fundada a Aldeia da N. Sra. da Apresentação. Os Oratorianos, para sua ação catequética, construíram um

oratório, local destinado a uma devoção religiosa no cimo de um morro, acessado por uma escada de degraus cavados na terra. A partir de então a localidade passou a ser conhecida como N. Sra. da Escada, e nos anos seguintes, apenas como Escada.

Registros históricos dão conta de que os índios de Escada receberam por requerimento a doação pela Coroa Portuguesa de uma Sesmaria com uma légua de terra como recompensa pela participação nos combates ao Quilombo dos Palmares. Ao que tudo indica, juntaram-se aos antigos habitantes aldeados em Escada outros indígenas envolvidos na guerra contra os quilombolas. Em 1744, os aldeados de Escada compraram mais uma sesmaria de uma légua de terra em quadro no lugar denominado Serra da Rola, a uma distância de duas léguas da Aldeia da Escada, passando assim os indígenas a possuir duas léguas de terra.

Situada a dez léguas da cidade do Recife (cerca de 62 km), a Aldeia da Escada em 1861 era considerada "a mais rica da Província" de Pernambuco, em virtude da reconhecida fertilidade do solo, em uma região com matas virgens e irrigada por rios. Essa riqueza natural permitia uma vida economicamente estável aos aldeados, onde a maior parte deles possuía "casa de telhas e lavouras", sendo inclusive o índio José Francisco Ferreira proprietário de dois engenhos de açúcar, os denominados Boa Sorte e Cassupim, "costeados" pelos próprios índios.² A população indígena era contabilizada em 292 pessoas, possuindo as famílias, em média, de dois a cinco filhos, existindo casos de famílias numerosas com até sete filhos. A maior parte dos indígenas moravam em terras do engenho Cassupim, estando os demais espalhados pelos diversos outros engenhos e localidades em Escada.³

Esubulhos de terras e estratégias de resistência indígena

O Diretor Geral dos índios, no seu "Relatório" de 1861 sobre as Aldeias da Província, afirmava terem aumentado as tradicionais invasões da área indígena em Escada. Os invasores "atraídos pela riqueza dos terrenos", tinham construído 16

novos engenhos para fabrico de açúcar no lugar. Além dos engenhos, existiam trinta e oito pequenas propriedades, declarando a autoridade indigenista ser "necessário destinar alguns sítios para trabalho dos índios". Em 1868, o índio Manoel Ignacio da Silva, dirigiu um Requerimento ao Presidente da Província em seu nome e "em nome de seus companheiros índios aldeados na Freguesia da Escada", solicitando a intervenção oficial para evitar não serem "ele e seus companheiros esbulhados dos terrenos" que possuíam no lugar conhecido como Propriedade das Minas. Afirmava o requerente que por possuírem os índios de Escada "vastos e uberríssimos terrenos", tinham "sido absorvidos por homens cobiçosos". Os indígenas moradores em "Minas", organizaram-se após ameaças da perda total de suas terras para o proprietário do Engenho Amizade, que tinha prejudicado as plantações indígenas com as águas represadas de um açude construído no local.⁴

A idéia da extinção da Aldeia da Escada fora sempre alimentada pelos arrendatários e senhores de engenhos invasores das terras indígenas, com contínuos esbulhos dos terrenos da Aldeia através de vários subterfúgios utilizados pelos rendeiros para boicote ao pagamento dos irrisórios valores devidos. Além disso, após a elevação do Povoado à categoria de Vila, com instalação da Câmara de Vereadores em 1854, iniciou-se uma longa disputa pela posse das terras indígenas e da arrecadação dos foros, envolvendo a Câmara, o Governo da Província, a Paróquia Católica e o Governo Imperial através do Ministério da Agricultura e da Fazenda Geral. A implantação da Estrada de Ferro Recife-São Francisco e a inauguração da Estação de Escada em 1860, trazia novas perspectivas para a produção açucareira e motivou os desejos de expansão do povoado que se instalara ao longo dos anos ao redor da Igreja onde fora a sede da missão religiosa junto aos indígenas. Com o crescimento do Povoado, a Câmara passou a solicitar para seu patrimônio as terras da Aldeia, cujos índios ou teriam "desaparecido", ou seriam em número tão "diminuto" podendo sobreviver sem os rendimentos recebidos pelos foros dos terrenos da Vila.⁵

Em Escada a oligarquia açucareira era

formada por "um grupo de oito famílias inter-relacionadas". Os senhores de engenho dominavam a política local, eram eleitos vereadores, ocupavam os cargos de Delegado de Polícia e no Judiciário, os postos da Guarda Nacional, o que significava uma força de controle social, e além disso influenciavam a política provincial como deputados, tendo sido ainda alguns contemplados pelo Governo Imperial com títulos de Barão e Visconde.

Com a decretação oficial de extinguir-se a Aldeia da Escada, os índios foram transferidos para o lugar Riacho do Mato, em terras da Colônia Militar Pimenteiras, situada nos limites com a Província das Alagoas. A história da permanência indígena no novo aldeamento foi resultado da capacidade dos índios em terem elaborado várias estratégias de resistência diante das invasões de posseiros, da convivência ou omissão oficial frente aos conflitos e até da pressão das autoridades para os recém-aldeados abandonarem o local.

Na documentação pesquisada encontram-se os diferentes meios utilizados pelos aldeados do Riacho do Mato para resistir e continuar no local. Tais meios podem ser situados num leque amplo: desde a colaboração, as alianças com autoridades e pessoas de prestígio social, até a denúncia, a reivindicação, o protesto pacífico, ou a violência. Através de abaixo-assinados os indígenas denunciaram as invasões e esbulhos das terras ocupadas, afirmaram seus direitos, apontaram as manobras fraudulentas do engenheiro responsável pela demarcação, reivindicaram providências para os desmandos ocorridos. Reclamaram a demissão de Diretores na Aldeia e fizeram propostas de substitutos; dispuseram-se ainda a assumir as despesas com um dos mesmos e, assim, não somente apresentavam propostas, bem como apontavam para uma autonomia de decisões (um auto-governo?) frente à política indigenista oficial em vigor.

Por não saberem ler e escrever, os indígenas aldeados no Riacho do Mato recorreram nos diversos momentos a muitas pessoas para redigirem "a rôgo de" (a pedido) os documentos a serem endereçados às autoridades. O que faz presumir terem os indígenas conquistado pessoas colaboradoras, quem sabe simpáticas à

causa indígena. No campo ainda das alianças, os indígenas recorreram a autoridades e pessoas influentes para conceder-lhes "atestados" de serem eles "trabalhadores", "obedientes e respeitadores" das autoridades e da ordem social vigente, e ainda declarações de que eles prestavam sempre o "serviço público" de polícia e de nunca se pouparem em "sacrifícios" em defesa do "Trono Imperial", barganhando assim uma relação de troca por garantia dos seus direitos.

Mas também, por outro lado, os indígenas aldeados no Riacho do Mato foram acusados de "insubordinação" ao recusarem-se colaborar nos serviços de demarcação, quando perceberam que estavam sendo beneficiados os posseiros invasores das terras destinadas ao aldeamento. Os indígenas organizados em um grupo reagiram com "gritaria" à colocação dos marcos em limites favorecendo os posseiros. Incendiaram o engenho de Manoel Francisco da Silva e o de propriedade de "Pedro Brabo", ambos posseiros na área indígena. Por quatro vezes, enviaram representantes à Corte no Rio de Janeiro, para pessoalmente reivindicarem ao Governo Imperial seus direitos, a permanência no Riacho do Mato.

Organizados, agindo coletivamente ou através de ações individuais, os indígenas criaram, enfim, diversas formas de vivências e resistências para continuarem ocupando as terras conquistadas no novo Aldeamento. Significativa nessa luta foi a liderança e o papel do índio Manuel Valentim dos Santos. Homem decidido, persistente e polêmico, hábil negociador de apoios e alianças à resistência dos aldeados. Foi ele que esteve na Corte. Foi ele contundente quando denunciou e pediu providências contra as invasões das terras destinadas ao Aldeamento do Riacho do Mato. Com firmeza enfrentou muitas situações adversas, acusações, perseguições de autoridades provinciais ora coniventes, ora omisssas com as violências e invasões das terras indígenas, pressões e intolerância da própria Diretoria dos Índios, expressadas pela afirmação sistemática do não reconhecimento do Aldeamento. Valentim vivenciou com suas contradições, emblematicamente, "uma guerra civil", como atesta a experiência de resistência na busca da sobrevi-

vência e afirmação dos direitos dos indígenas nos primeiros decênios da segunda metade do século XIX em Pernambuco.

Um conflito interminável

Em 1871 o Ministro da Agricultura, em complemento a um aviso anteriormente expedido, destinava "quatro contos de réis" para serem aplicados na fundação de duas colônias agrícolas nas terras da extinta Colônia Militar de Pimenteiras. Uma das colônias seria no Riacho do Mato, aproveitando-se terras do Aldeamento.⁶ Em 1873 foi oficialmente extinto o aldeamento, sendo determinada a medição e demarcação dos terrenos destinados aos índios. Três anos depois, em Requerimento acompanhado de abaixo-assinado, os índios denunciavam à Presidência da Província a demarcação fraudulenta, os esbulhos violentos, agressões, mortes e prisões, exigindo que fossem respeitados seus direitos.⁷

Em 1878 o Presidente da Província recebeu autorização do Governo Imperial para fundar uma colônia agrícola nas terras tidas como devolutas no Riacho do Mato. A concentração de retirantes da seca na Colônia Socorro provocou conflitos com os índios que tiveram suas plantações invadidas, como denunciava Manuel Valentim. A Colônia foi extinta em 1880. Nos primeiros anos do período republicano, as terras do Riacho do Mato foram objeto de disputa entre o Governo Federal, a Câmara de Água Preta e o Governo do Estado de Pernambuco, que pretendia vendê-las a terceiros. Em 1882 o índio Manoel Severino dos Santos, herdeiro de um terreno que pertencera a seu irmão, denunciava estar sendo coagido pelo Capitão Manoel de Souza Leão, dono do Engenho Laranjeiras.⁸

A lavoura canavieira na área onde existia o Aldeamento do Riacho do Mato, recebera grande impulso com o avanço da Estrada de Ferro Recife-Palmares. Esta atravessara a Mata Sul, considerada a área açucareira mais rica de todo o Império, onde de 1857 a 1877 duplicara o número de engenhos (Melo, 1984, 207-208). O "novo sul" que surgira a Oeste de Água Preta, teve custos sociais elevados. A gran-

de produção favorecida pela via-férrea, fortaleceu uma economia agro-exportadora baseada na monocultura da cana, na manutenção das estruturas sociais vigentes. Assim como outros segmentos vivendo à margem desse sistema, o indígena permanecia sem lugar...

Hoje a imprensa continuamente vem noticiando a mobilização e ocupação por grupos de Sem-Terra em engenhos em Água Preta - herdeiros e herdeiras dos ex-aldeados em Escada e Riacho do Mato, que refazem a vida e reinventam a história.

* Edson Silva é Mestre em História/UFPE; trabalha no Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), em Recife-PE.

NOTAS

1 - Este texto é uma versão resumida dos 2º e 3º capítulos da Dissertação de Mestrado apresentada pelo autor em dezembro de 1995 ao Programa de Pós-Graduação em História/UFPE.

2 - Ofício do Diretor Geral de Índios, em 4/12/1861 ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (APE), Códice, DII-19, fls. 38-40.

3 - "Relação Nominal dos Índios existentes na Aldeia da Escada" anexo ao "Relatório do estado das Aldeias da Província de Pernambuco", pelo Barão de Guararapes, em 13/02/1861. APE, Cód. DII - 19.

4 - Requerimento ao Pres. da Província, em Escada 28/11/1868. APE, Petições: Índios, fl.40.

5 - Ofício da Câmara, em 12/02/1860, ao Pres. da Província. APE, Cód. CM-43, fl.52.

6 - Ofício ao Pres. da Província de Pernambuco, em 20/09/1871. APE, Cód. MA-6, fl. 98.

7 - Recebido no Palácio da Pres. de Pernambuco em 21/12/1876. APE.Cód. Petições: Índios, fls. 45-46.

8 - Requerimento (por Ignacio Ferreira Lopes) em 15/02/1892, ao Gov.do Estado de Pernambuco. APE, Cód. Petições: Índios, fls.126-127.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

-CUNHA, M.C.da. Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889. São Paulo, Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

- MOREIRA NETO, C.de A. A política indigenista brasileira durante o século XIX, tese de doutoramento, FFCH, Rio Claro, 1971. (mimeo).

- EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1890. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas Unicamp, 1977.

- MELO, E.C. de. O Norte agrário e o império: 1871-1879. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira; Brasília, INL, 1984.